



PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

Proposta edição conforme resolução do Conselho Superior 04/2010

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Especialização: Direito Público

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Direito

Data da Aprovação do Curso: 26/04/2010

Edição Proposta: 8ª edição

Regulamentação: Resolução CNE/CES 01/2007.

Diretor da Faculdade IDC: Sérgio Almeida de Figueiredo

Autorização Faculdade IDC: Portaria 2.250/05

Coordenação do Curso: Aloísio Zimmer Júnior¹

PERÍODO E PERIODICIDADE DO CURSO:

Matriculas do Curso:

A partir de: 03 de maio de 2010.

Local: Central de Atendimento da Faculdade IDC ou pelo site www.idc.org.br²

¹ Aloísio Zimmer Júnior é professor, advogado, parecerista e palestrante convidado em diferentes Instituições nos Estados do Rio Grande do Sul, Curitiba, São Paulo e Minas Gerais, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e lá também obteve o grau de Mestre em Direito do Estado. É, no presente momento, doutorando, pela mesma Universidade, na área do Direito Internacional Econômico. Na Escola da Magistratura Federal (ESMAFE) é professor de Direito Econômico e Direito Administrativo, e na Fundação Escola da Magistratura do Trabalho (FEMARGS), na Escola do Ministério Público (ESMP), na Faculdade IDC (IDC), no Centro Preparatório para Concursos (CPC) e na Escola Verbo Jurídico é professor de Direito Administrativo nos cursos de Pós-Graduação e preparatório para concursos. Foi Procurador Geral do Município de Cachoeirinha (2002) e Coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (1998-2006). É especializado nas questões de Direito Administrativo e Direito Econômico, com ênfase nos seguintes temas: *Reforma Administrativa, Consórcios Públicos, Servidores Públicos, Processos Administrativos, Licitações, Contratos, Concessões, Permissões e Improbidade Administrativa*, atuando ainda como consultor nas questões de regulação, em especial, no setor de transportes, saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações e petróleo. É também autor de livros, obras coletivas e individuais, sendo merecedores de maiores destaque o **Curso de Direito Administrativo**, 3ª edição, Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2009, p. 846; **Direito Administrativo – teoria resumida**, Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009, p. 300; **Servidor Público Federal – Lei 8.112/90**, Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009, p. 330; **Comentários à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, Rio de Janeiro, Forense – no prelo com previsão para março de 2010; **O Estado Brasileiro e os seus Partidos Políticos (do Brasil Colônia à Redemocratização)** – no prelo com previsão para março de 2010.

² Realizando a matrícula pelo site do IDC, o aluno deverá apresentar os documentos (*Original*: Diploma de Curso Superior, Carteira de Identidade e CPF) até o dia 13 de agosto de 2010.



Regime de Matrícula: Matrícula por curso completo

Taxa matrícula: R\$30,00.

Documentos exigidos no ato da matrícula: *Original*: Diploma de Curso Superior, Carteira de Identidade e CPF.

Seleção: Ordem de Inscrição

Período do curso:

2010/02

Início das aulas: 09 de agosto de 2010.

Término previsto das aulas: 21 de dezembro de 2010

2011/01

Início das aulas: 14 de março de 2011

Término previsto das aulas: 26 de julho de 2011

2011/02

Monografia Conclusão de Curso

Duração Máxima de Curso: 3 semestres incluindo período da realização e apresentação da monografia de conclusão de curso.

Carga horária total do curso: 432 horas-aula, sendo a hora-aula de 50 minutos.

Modalidade do Curso: presencial na sede da Faculdade IDC

Turno e Horário:

Turno disponível: Manhã ou Noite

Dias e horários das aulas: turno manhã: 2^{as}, 3^{as} e 5^{as} feiras no horário das 08h às 11h35min e no turno da noite: 2^{as}, 3^{as} e 5^{as} feiras no horário das 19h15min às 22h45min, podendo, eventualmente, haver aulas nas 4^a feiras ou nas 6^a feiras.

Número de Vagas:

Mínimo: 25 alunos

Máximo: 70 alunos

Monografia ou trabalho de conclusão de curso:

Matrícula: até 17 de junho de 2011³.

Entrega: até 18 de outubro de 2011⁴.

³ A matrícula da monografia ou trabalho de conclusão de curso se tornará efetiva quando da entrega da ficha de inscrição devidamente assinada pelo professor orientador e pagamento da matrícula.



Apresentação formal em banca: a partir de novembro de 2011.

Valor:

Investimento: R\$5.382,00.

Aos ex-alunos do IDC têm 10% de desconto.

O valor pode ser parcelado em até 18 vezes sem juros, cheque pré-datado ou cartão.

Matrícula na Monografia de conclusão de curso: R\$700,00⁵.

Público alvo: Graduados no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO:

Controle de Frequência:

Frequência mínima: 75% da carga horária do curso.

Forma de controle: Diário de classe.

Não serão abonadas faltas.

OBS:

a) a frequência será registrada pelo professor responsável em sala de aula.

b) o ingresso no prédio, por questões de segurança, somente será admitido mediante identificação digital do aluno, a qual não substituirá o registro de frequência a ser realizado em sala de aula pelo professor, no diário de classe.

Avaliação do Aproveitamento do Aluno:

Forma de Avaliação nº. 2/2008

A presente resolução regulamenta o processo de avaliação do Curso de Pós-Graduação em Direito Público. Não trata, portanto, da monografia final de conclusão.

Art.1º. O Curso de Pós-Graduação em Direito Público, a partir de 2008/1, realiza-se em dois semestres, com atividades desenvolvidas em, ao menos, três encontros semanais. Em cada dia, considerando-se o semestre, desenvolvem-se uma ou mais disciplinas.

⁴ A monografia ou trabalho de conclusão de curso deverá ser entregue em 4 vias, encadernadas a cola quente, e uma cópia em CD ou disquete, acompanhada da Ficha de Orientação preenchida pelo aluno e assinada pelo orientador e pelo aluno.

⁵ O valor da monografia deverá ser pago a vista e não tem direito a 10%.

Art. 2º. O curso é voltado à realização da monografia final, ato de pesquisa qualificador da experiência acadêmica do estudante. Antes disso, porém, o estudante deve ser aprovado na avaliação das disciplinas.

Art. 3º. A avaliação das disciplinas se dará por grupos diários. Assim, o estudante deverá apresentar uma análise de decisão judicial para cada dia da semana em que o curso se desenvolve, totalizando um número de três análises por semestre.

§ 1º. Nos dias em que há mais de uma disciplina, a análise de decisão judicial versará sobre uma, livremente escolhida pelo estudante.

§2º. Não é permitido realizar mais de uma análise de decisão judicial sobre a mesma disciplina.

§ 3º. Para a finalidade desta resolução, análise de decisão judicial é a exposição dos principais pontos e da relação de uma decisão judicial considerada importante pelo estudante com os assuntos desenvolvidos em aula. A análise deve possuir de quatro a dez páginas de texto, em fonte 12 e espaço 1,5. O inteiro teor da decisão deve ser anexado, bem como indicada a disciplina à qual a decisão é relacionada. Caso o inteiro teor seja muito longo, permite-se que o estudante anexe parte do mesmo, desde que a exposição seja compreensível ao avaliador. A ementa, sozinha, não permite a compreensão desejada.

Art. 4º. O estudante poderá substituir análises de decisão judicial por trabalhos científicos, sempre na ordem individual (ou seja, um trabalho por análise substituída). Apesar de mais difícil, tal caminho pode ser útil para preparar a elaboração da monografia final.

Parágrafo Único. Para a finalidade desta resolução, trabalho científico é a exposição clara e pessoal de assunto tratado ou afim a alguma disciplina. Nele deve demonstrar-se a realização de pesquisa e a preocupação com a citação de fontes (livros, periódicos, decisões), sendo verdadeira preparação para a monografia. Deve possuir um mínimo de quinze e um máximo de trinta páginas de texto, em fonte 12 e espaço 1,5.

Art. 5º. A data de entrega das atividades avaliativas será determinada semestralmente.

Art. 6º. Os docentes do curso avaliarão as análises de decisões judiciais, bem como os eventuais trabalhos, atribuindo notas de zero a dez. Os estudantes que obtiverem notas inferiores a sete deverão submeter-se a recuperação em que a atividade avaliativa deverá ser refeita.

Prazos: O módulo cursado no 2º semestre de 2010 o prazo de entrega das avaliações é até o dia 18 de março de 2011, o módulo do 1º semestre de 2011 o prazo de entrega das avaliações é até o dia 12 de agosto de 2011.

Avaliação da monografia de conclusão de curso

Defesa presencial individual de monografia de conclusão de curso, com presença obrigatória do Professor Orientador e mais dois Professores a ser escolhidos pelo coordenador ou administração do curso. Será aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a de 7,0 (sete).

OBS: ao grau atribuído pela banca examinadora não estará sujeito a qualquer tipo de recurso.

Certificação

Condições de emissão: Ter o(a) aluno(a) freqüência e o aproveitamento mínimo do curso, e na elaboração e apresentação da monografia de conclusão de curso, fará jus ao Certificado de Pós-Graduação em Especialização.

APROVEITAMENTO DE ESTUDOS:

Não serão deferidos pedidos de aproveitamento de estudos de outros cursos de Pós-Graduação, Exceto:

→ disciplina de Metodologia de Pesquisa, quando o aluno já tenha feito outro curso de Pós-Graduação.

DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS:

Cláusula Primeira – Farão parte deste contrato a ficha de matrícula e o projeto pedagógico do curso.

Cláusula Segunda – Os cursos oferecidos pela faculdade são regulamentados por um projeto pedagógico e possuem carga horária pré-determinada, diretamente relacionada com o valor do curso.

§1º - O valor da hora-aula é calculado de acordo com os custos relativos à realização do curso; por este motivo, a hora-aula não é igual em todos os cursos. A hora-aula corresponde a 50 minutos.

Cláusula Terceira – O aluno receberá um comprovante de matrícula no ato da matrícula; para quaisquer outros documentos, haverá cobrança de taxa de R\$5,00 (cinco reais).

Cláusula Quarta – O Contratado não se obriga a realizar o curso caso não alcance o número mínimo previsto de matrículas conforme projeto do curso.

§1º - Na ocorrência da situação supramencionada, o aluno receberá os valores correspondentes ao investimento do curso dentro do prazo, conforme cláusula décima, parágrafo 3º.

Cláusula Quinta – A FACULDADE IDC não se responsabiliza pelo fornecimento de apostilas para acompanhamento das disciplinas. É ônus do aluno a aquisição de CÓDIGOS, LIVROS ou TEXTOS DE LEIS necessários ao acompanhamento das aulas.

Cláusula Sexta – Os cheques dados em pagamento, quando pós-datados, ficarão sob custódia de instituição financeira, não havendo possibilidade, portanto, de resgate ou troca das datas de vencimentos dos cheques.

§1º - O inadimplemento da obrigação contratual sujeitará o cursista a juros moratórios de 4% ao mês e correção monetária, calculada esta pelo IGPM/FGV ou qualquer índice que vier a ser estabelecido por legislação federal.

§2º - Caso o pagamento seja efetuado com a emissão de título de crédito, a quitação somente ocorrerá mediante o desconto ou resgate.

§3º - Caso o débito com a Instituição não seja regularizado no prazo de 30 (trinta) dias a contar do vencimento, estará o aluno sujeito à cobrança bancária com instrução de protesto, arcando com todos os seus custos, bem como à cobrança judicial, caso em que serão devidos os honorários advocatícios, pactuados em 20% sobre o débito, acrescidos das custas do protesto.

Cláusula Sétima – A solicitação de desconto ou vantagens especiais, mesmo considerando a condição de ex-aluno, deve ser requerida, impreterivelmente, no ato da matrícula.

Cláusula Oitava – O aluno que tiver comportamento inadequado em sala de aula ou nas dependências do prédio, seja em grupo ou isoladamente, será afastado das dependências da FACULDADE IDC e, se reincidente, será excluído do curso. Na última hipótese, não será restituído qualquer valor pago.

Cláusula Nona – Tendo em vista o curso possuir início e fim determinado, não há possibilidade de trancamento, apenas cancelamento.



Cláusula Décima – O aluno poderá solicitar o cancelamento do curso através de requerimento entregue à secretaria da Faculdade IDC. Haverá 2 (duas) formas de cancelamento:

§1º - Até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do início das aulas, considerar-se-á cancelada a matrícula a partir da data de entrega do requerimento, sendo devidas as aulas ministradas até a data da entrega do pedido de cancelamento, independentemente de o aluno ter assistido ou não a elas, incidindo, ainda, multa rescisória de 5% sobre valor do contrato do curso matriculado, com restituição dos valores remanescentes dessas cobranças.

§2º - Após 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do início das aulas, considerar-se-á cancelada a matrícula a partir da data de entrega do requerimento, sendo devidas as aulas ministradas até a data da entrega do pedido de cancelamento, independentemente de o aluno ter assistido ou não a elas, ficando os valores remanescentes do contrato, como crédito (em moeda corrente) na instituição, sendo aproveitado na matrícula de novos cursos.

§3º - O prazo para análise de requerimento e procedimentos de restituição, se houver, será de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de protocolo do requerimento de cancelamento.

§4º - Caso o pagamento seja efetuado com cartão de crédito, a restituição será feita da seguinte forma: a Instituição faz o pedido de estorno diretamente à operadora de cartão de crédito, que efetuará o crédito do valor na fatura do cliente, seguindo os procedimentos da operadora.

§5º - O não-cancelamento formal e expresso da inscrição, conforme as disposições acima descritas, obriga o aluno ao pagamento dos valores ajustados, independentemente de seu comparecimento às aulas.

Cláusula Décima Primeira – Fica eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS como competente para apreciar qualquer questão decorrente da relação contratual entre as partes.

Cláusula Décima Segunda – Os casos omissos serão resolvidos pelo setor competente da Faculdade.

APRESENTAÇÃO:

Trata-se de curso com conteúdo voltado ao exame científico e prático do Direito do Estado, deixando-se as questões dogmáticas como instrumento de discussão. Atende a Resolução CES 01/2007 CNE e terá a duração de 432h/a, distribuídas em atividades teóricas e práticas, realização de uma monografia de conclusão de curso, sendo as atividades desenvolvidas em até três semestre.

OBJETIVO:

O Curso de Pós Graduação em Direito Público da Faculdade IDC desenvolve habilidades e conhecimentos ligados ao fenômeno estatal na contemporaneidade, constituindo-se em importante instrumento tanto para a advocacia qualificada quanto para a sólida formação daqueles que pretendam exercer carreiras públicas.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS DO INGRESSANTE:

O aluno deverá apresentar noções mínimas advindas da graduação, relativamente à dogmática do Direito Público. Igualmente deverá apresentar padrões mínimos de conhecimentos de Teoria Geral do Direito. Competências essenciais para a compreensão do estudo científico do direito material e processual.

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO:

A elaboração da monografia de conclusão de curso, prevista como atividade curricular obrigatória, é regida pelas normas devidamente atualizadas da ABNT e, suplementarmente, por normas próprias da Faculdade.

A monografia de conclusão de curso se caracteriza por ser um trabalho de reflexão, em que o aluno deverá revelar domínio do tema, da metodologia e capacidade de sistematização, devendo oferecer contribuição pessoal para a respectiva área de conhecimento.

A indicação do professor orientador da monografia de conclusão de curso é de livre escolha do aluno. O tema deve ser eleito dentre aqueles examinados nas disciplinas ministradas, e o trabalho escrito deverá observar as normas da ABNT. O acompanhamento dos trabalhos de pesquisa será feito pelo professor orientador, observando que cada orientador pode assumir no máximo dez orientações⁶. Caso o aluno ficar sem professor orientador o Superintendente da Secretaria Acadêmica indicará um professor para orientar.

Será firmado termo de compromisso entre o professor orientador e o aluno, havendo para tanto uma ficha de inscrição⁷ na qual serão registrados o nome do orientador e do aluno, título da monografia de conclusão de curso e a assinatura de ambos. Após a assinatura do termo de compromisso, professor e aluno, de comum acordo, estabelecerão o cronograma de orientação. A conclusão do curso fica condicionada à apresentação e à aprovação de monografia de conclusão de curso final do curso com defesa em banca, formada pelo orientador e por mais dois professores do curso, indicados pelo coordenador do Curso ou pelo Superintendente da Secretaria Acadêmica.

A avaliação da monografia será realizada através de sustentação oral, frente à Banca Examinadora especialmente designada, com a atribuição de CONCEITOS que se utilizam da seguinte metodologia:

GRAU OBTIDO	CONCEITO MERITÓRIO
9,5 a 10	aprovado com louvor ⁸

⁶ O Professor Orientador poderá assumir mais de dez orientações sob autorização do Coordenador do Curso ou pelo Superintendente da Secretaria Acadêmica.

⁷ Ficha de Inscrição da Monografia de Conclusão do Curso, tal ficha esta disponível no site do IDC www.idc.org.br ou na Central de Atendimento da Faculdade.

⁸ Sendo a monografia de conclusão de curso aprovada com louvor, poderá ser indicada pelo Orientador para publicação.



7 a 9,4	aprovado
5 a 6,9	não aprovado, estando sujeito à reavaliação
menos de 5	reprovado ⁹

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR:

O curso, atende a Resolução CES 01/2007 CNE, organiza-se em 13 disciplinas, enfocando desde a formação sendo elas Direito Constitucional, Direito Financeiro, Direito Civil Constitucional, Fundamentos de Direito Previdenciário, Metodologia do Ensino Superior, Direito Ambiental, Teoria da Constituição, Direito Administrativo, Direito Tributário, Ações Constitucionais, Licitações e Contratos Administrativos, Tribunal de Contas e a Responsabilização do Gestor Público e Direito Internacional Público, e terá a duração de 432 horas-aula, atribuídas em atividades teóricas, sendo as atividades desenvolvidas em dois semestres. As aulas ocorrerão às 2^{as} feiras, 3^a feiras e 5^a feiras das 8h às 11h35min no turno da manhã, e nas 2^{as} feiras, 3^a feiras e 5^a feiras no turno da noite das 19h15min às 22h45min. No terceiro semestre fica reservado para a elaboração e apresentação da monografia de conclusão de curso, a ser apresentada e avaliada por banca de arguição.

Para auxiliar na pesquisa para a monografia de conclusão de curso, será ministrado a disciplina de Metodologia de Pesquisa Jurídica. A disciplina terá como objetivo dar ao aluno uma visão dialética da relação professor-aluno-aprendizagem, refletindo sobre o contexto educacional compreendendo o fenômeno da cognição, bem como demonstrando situações concretas de ensino-aprendizagem. Outro objetivo da disciplina é permitir aos alunos instrumentos básicos para a elaboração de trabalhos científicos.

⁹ Neste caso não há possibilidade de recuperação.

PROGRAMA DO CURSO:

Disciplina de Direito Constitucional

Direitos Fundamentais. Origem da Idéia. Gerações de Direitos: Direitos Liberais, Sociais e de Fraternidade. Características. Metodologia dos Direitos Fundamentais. O Constitucionalismo de Princípios. Análise de Alguns Direitos Liberais Existentes na Constituição Federal. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Nacionalidade. Os pressupostos Filosóficos do Regime Democrático. Direitos Políticos. Princípios e Regras; Princípio da Proporcionalidade; Organização do Estado. Formas de Estado. Origem e Características do Federalismo. Repartição de Competências. Os Entes Federados: Criação e Funcionamento dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios. Intervenção – Disciplina e Crítica. Estado de Defesa e Estado de Sítio; Supremacia Constitucional. Supremacia Formal e Material. Teoria da Recepção. Origem e Desenvolvimento dos Sistemas de Controle de Constitucionalidade; Controle Repressivo de Constitucionalidade. O Controle Difuso. Efeitos. Recurso Extraordinário. O Papel do Senado. As Súmulas e os Recursos. A Súmula Vinculante. O Controle Concentrado. Tipos de Normas. Efeitos. Interpretação Conforme e Declaração de Inconstitucionalidade sem Redução. Legitimação e Pertinência Temática. Controle de Constitucionalidade de Lei Municipal. ADPF e ADI Interventiva. ADI por Omissão; Poder Constituinte. Originário e Derivado. Limites ao Exercício do Poder Constituinte Derivado e Processo Legislativo das Emendas Constitucionais; Poder Legislativo. Funções. Tribunal de Contas e CPI. Imunidades Parlamentares; Processo Legislativo. Processo legislativo Ordinário e de Leis Complementares. Medidas Provisórias, Decretos Legislativos, Resoluções e Leis Delegadas; Poder Executivo. Funções. Eleição, Vocação e Responsabilização do Presidente da República e do Governador do Estado; Poder Judiciário. Garantias da Magistratura. Organização Judiciária. O CNJ e as Principais Competências do STF e do STJ.

Disciplina de Teoria da Constituição

Surgimento e Características do Estado Nacional Moderno; O Estado Contemporâneo. Soberania e Tratados Internacionais. Supranacionalidade e Direito Comunitário; O Estado Constitucional. Estado de Direito. Estado Democrático de Direito. Representação Política. Legalidade e suas Facetas. Funções da Constituição no Ordenamento Jurídico. Compromisso Político. Unidade. Integração. Força Normativa; Formas de Governo. Monarquia e República; Teoria da Repartição dos Poderes; Sistemas de Governo. Presidencialismo e Parlamentarismo. As famílias constitucionais. Novas tendências da Teoria da constituição.

Disciplina de Metodologia do Ensino Superior

Conhecimento, Ciência, Métodos e Técnicas Científicas. Pesquisa Jurídica. Elaboração do Projeto e Plano. Discussão Sobre os Projetos e Planos.

Disciplina de Direito Ambiental

Introdução ao Direito Ambiental. Direito Constitucional Ambiental; Tutela do Patrimônio Cultural; Sistema Nacional de Meio Ambiente. Instrumentos da Polícia Nacional de Meio Ambiente. Unidades de Conservação; Responsabilidade Civil Ambiental; Direito Urbano - Ambiental. Estatuto da Cidade. Função Social da Propriedade Urbana. Instrumentos de Política Urbanística; Responsabilidade por Infrações Administrativas Ambientais; Processo Civil Coletivo; Termo de Ajustamento de Conduta e a Composição Extrajudicial dos Danos Ambientais; Crimes Ambientais - Parte Geral e Parte Especial.

Disciplina de Direito Financeiro

Noções Introdutórias. As Necessidades Públicas e a Atividade Financeira do Estado. Ciência das Finanças e Direito Financeiro. O Direito Financeiro no Quadro da Ciência do Direito. Definição e Princípios. Conteúdo. Normas Gerais de Direito Financeiro; Orçamento: Conceito. Origem. Regime Jurídico do Orçamento Público. Direito Constitucional Orçamentário. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. O Orçamento na Lei n. 4.320/64 e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Tramitação Legislativa. Iniciativa. Emendas. Promulgação. Orçamento Participativo; Receita Pública: Entradas e Receitas. Classificação das Receitas. Receitas Derivadas. Receitas Tributárias. Imposto. Taxa e Contribuição de Melhoria. Empréstimo Compulsório. Contribuições. Repartição das Receitas Tributárias. Receitas Originárias. Teoria dos Preços. Taxa e Preço. Federalismo Fiscal; Despesa Pública: Conceito e Características. Despesas Obrigatórias, Constitucionais, Legais e Facultativas. Despesas com Pessoal (Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal). Regime Jurídico; Fiscalização Financeira e Orçamentária: Tipos de Controle. Controle Interno e Externo; Tribunais de Contas. Organização. Função "Jurisdicional" e Controle Judicial. Competência. Sigilo Bancário; Lei de Responsabilidade Fiscal: Origem. Princípios Fundamentais. Federalismo. Normas Nacionais. Receitas e Despesas. Transferências Voluntárias. Subvenções. Dívida e Endividamento. As Resoluções do Senado. Operações de Crédito. Garantia e Contra-Garantia. Restos a Pagar. Da Transparência, Controle e Fiscalização da Gestão de Finanças Públicas; Precatórios Judiciais. Emendas Constitucionais n.s 30/00 e 37/02; Crédito Público. Natureza Jurídica: Noções Fundamentais. Empréstimos Públicos e suas Espécies. Limites do Crédito. Resgate e Extinção.

Disciplina de Direito Tributário

Alinhamento Teórico (direito x direito, regras, normas e princípios a partir da perspectiva lingüística, normas gerais, individuais, concretas e abstratas); A Regra-Matriz de Incidência Tributária, Normas Instrumentais, Normas de Conduta e de Estrutura, Prescrições do CTN Sobre o Assunto, o Conceito de Tributo; Análise dos Princípios Tributários: Legalidade, Anterioridade, Irretroatividade, Capacidade Contributiva, Segurança Jurídica, Confisco, entre outros; Competência Tributária e Capacidade Tributária (parafiscalidade) Normas Gerais em Matéria Tributária: Teoria Dicotômica x Teoria Tricotômica, o Papel do CTN, art. 146 da CF; Obrigação Tributária e Crédito Tributária (perspectiva ortodoxa e perspectiva lingüística); Responsabilidade Tributária; Modalidades de Lançamento, Instituição e Extinção da Relação Jurídica Tributária, Prescrição e Decadência; Isenção e Imunidade, Distingão e Análise Tópica de Algumas Imunidades; Espécies Tributárias (empréstimo compulsório, impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria); Contribuições (gênero e espécies) e ICMS; Impostos Federais; Impostos Estaduais; Impostos Municipais; Noções Sobre o Processo Administrativo Fiscal; Ações Judiciais Propostas pelo Sujeito Passivo Tributário; Contribuições Previdenciárias Lei 8.112.

Disciplina de Direito Administrativo

A Função Administrativa e os Poderes da República; Princípios, Atos e Poderes Administrativos; Administração Pública Direta e Indireta (Inclusive os Consórcios Públicos); Administração Pública Indireta (Empresas Públicas e S.E.M); Parestatais (Organizações Sociais e Osips); Serviço Público (Lei 8.987/95) Parcerias Existentes Entre os Poderes Públicas e a Iniciativa Privada (Lei 11.079/04); Responsabilidade Civil do Estado e os Agentes Públicos; Agentes Públicos e Servidores Públicos Estatutários I (Lei 8.112/90); Controle dos Atos Administrativos (Sistemas de Controle Interno e Externo); A Intervenção do Estado na Propriedade (Desapropriação) e Avaliação Final

Disciplina de Licitações e Contratos Administrativos

Licitações e Contratações. Fase Preparatória da Licitação. Tratamento Diferenciado e Simplificado às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas (Lei complementar nº 123/06). Pregão Presencial e Eletrônico. Sistema de Registro de Preços. Contratações Diretas



Disciplina de O Tribunal de Contas e a Responsabilização do Gestor Público

Disciplina de Direito Civil Constitucional

O Direito Público e o Direito Privado: da Dicotomia ao Escalonamento de Valores; A Unidade do Sistema Jurídico: o Perfil Constitucional da Propriedade; Dignidade da Pessoa e o Novo Direito de Família: Quais os Limites da Constitucionalização; A Função Social do Contrato à Luz da Constituição; Crise da Autonomia e Ressurgimento da Pessoa: Contornos Atuais da Responsabilidade Civil.

Disciplina de Ações Constitucionais

Mandado de Segurança e Coletivo; Ação Popular e Ação Civil Pública; Mandado de Injunção, Habeas Data e Habeas Corpus.

Disciplina de Fundamentos do Direito Previdenciário

Seguridade Social - Conceito; Histórico; Princípios; Órgãos. Previdência Social: Conceito; Princípios; Regimes; Relações Jurídicas; Lei de Custeio e de Benefícios; Prestações Previdenciárias; a Previdência na CF. Segurados e Dependentes. Salário-de-Contribuição e Salário-de-Benefício: Conceito e Principais Casos. Benefícios da Previdência Social: Aposentadoria por Invalidez; Aposentadoria por Idade; Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Aposentadoria Especial; Auxílio-Doença; Auxílio-Acidente; Salário-Família; Salário-Maternidade; Pensão por Morte; Auxílio Reclusão; Abono Anual: Noções Gerais; Regime Jurídico; Prestações.

Disciplina de Direito Internacional Público

A Atividade do Estrangeiro no Brasil. Liberdades e Limitações; A Proteção do Mercado Segundo as Regras da OMC. Medidas Antidumping. Medidas de Salvaguarda. Medidas Compensatórias.

CARGA HORÁRIA DE CADA DISCIPLINA

Disciplina	Carga Horária
Ações Constitucionais	16h/a
Direito Administrativo	88h/a
Direito Ambiental	40h/a
Direito Civil Constitucional	20h/a
Direito Constitucional	84h/a
Direito Financeiro	16h/a
Direito Internacional Público	16h/a
Direito Tributário	60h/a
Fundamentos de Direito Previdenciário	16h/a



Licitações e Contratos Administrativos	24h/a
Metodologia do Ensino Superior	12h/a
Teoria da Constituição	28h/a
Tribunal de Contas e Improbidade Administrativa	08h/a
Almiro do Couto e Silva	
Cezar Saldanha Souza Junior e Carrion	

Carga Horária Total 432h/a

DIVISÃO DAS DISCIPLINAS EM CADA SEMESTRE

Turno Manhã

Semestre: 2010/02

Direito Constitucional; Direito Financeiro; Direito Civil Constitucional; Fundamentos de Direito Previdenciário; Metodologia do Ensino Superior; Direito Ambiental e Teoria da Constituição

Semestre: 2011/01

Direito Administrativo; Direito Tributário; Ações Constitucionais; Licitações e Contratos Administrativos; Tribunal de Contas e Improbidade Administrativa e Direito Internacional Público

Turno Noite

Semestre: 2010/02

Direito Administrativo; Direito Tributário; Ações Constitucionais; Licitações e Contratos Administrativos; Tribunal de Contas e Improbidade Administrativa e Direito Internacional Público

Semestre: 2011/01

Direito Constitucional; Direito Financeiro; Direito Civil Constitucional; Fundamentos de Direito Previdenciário; Metodologia do Ensino Superior; Direito Ambiental e Teoria da Constituição

PROFESSORES:

Professor(a):	Titulação:
Aloísio Zimmer Júnior	Mestre
Ana Luisa Soares de Carvalho	Especialista
Ana Maria Moreira Marchesan;	Mestre
Annelise Monteiro Steigleder;	Mestre
Camilo de Oliveira Leipnitz	Especialista
Carlos Eduardo Dieder Reverbel	Mestre
Claudio Muradas Homercher	Mestre
Cleber Eduardo dos Santos Dias	Doutor
Cristiano Heineck Schmitt	Mestre
Daniel Carlos Trentin	Especialista
Douglas Fischer	Mestre
Eduardo Rivera Palmeira Filho	Mestre
Ernesto Jose Toniolo	Mestre
Fernando Smith Fabris	Doutor
Gracy Keim	Mestre
Guilherme Eugênio Guedes Fortes	Especialista
Gustavo Masina	Mestre
Gustavo Silveira Borges	Mestre
Helio Saul Mileski	Mestre
Leonardo Tricot Saldanha	Mestre
Luiz Augusto Stumpf Luz	Doutor
Luiz Fernando Silveira Netto	Mestre
Marcio Hartz	Especialista
Marines Restellatto Dotti	Especialista
Otávio Piva	Mestre
Paulo Peretti Torelly	Mestre
Pedro Henrique Poli de Figueiredo	Doutor
Rafael da Cás Maffini	Doutor
Rafael Pandolfo	Mestre



Rafael Santos Borin	Especialista
Rochelle Danusa Jelinek	Mestre
Vanesca Buzelato Prestes	Especialista
Yuri Schneider	Mestre

Número total de docentes que ministrarão o Curso: 33

Número de Graduados: 0

Número de Especialistas: 8

Números de Mestre: 20

Números de Doutores: 5

Visto do Coordenador do Curso

Visto do Diretor da Faculdade

Visto do Superintendente da
Secretaria Acadêmica